

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58

**ATA DA CENTÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Aos vinte um dias do mês de fevereiro de dois mil e oito realizou-se a Centésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e quinze minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Carlos Otaviano Brenner de Moraes**, Secretário de Estado do Meio Ambiente; **Sra. Laura Londero Cruz**, Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Eduardo Krause**, Representante do Secretário da Infra-Estrutura e Logística; **Sra. Faraildes Auta de Ávila**, Representante da Secretária da Educação; **Sr. Marcelo Zaslavski**, Representante da Secretária da Cultura; **Sr. Francisco Amaranto**, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Doadi Antônio Brena**, Representante do Secretário do Desenvolvimento dos Assuntos Internacionais; **Sra. Rosi Guedes Bernardes**, Representante do Secretário das Obras Públicas e Saneamento; **Sra. Margareth Vasata**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Ladimir da Silva**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Paulo Brack**, Representante Suplente do INGA; **Sr. Flávio Lewgov**, Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker**, Representante Titular da Mira-Serra; **Sr. Manoel Francisco Moreira**, Representante Titular dos Amigos da Floresta; **Sra. Lúcia Schild Ortiz**, Representante Titular dos Amigos da Terra; **Srs. Adilson Carlos Metz e Paulino Olivo Donatti**, Representantes Titular e Suplente da FETAG; **Sr. Sidnei Bruschi**, Representante Suplente da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Marcelo Madeira**, Representante Suplente do IBAMA; **Srs. Carlos Termignoni e Arthur Germano Fett Neto**, Representantes Titular e Suplente do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul; **Sr. Maurício Colombo**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sra. Maria Eliza dos Santos Rosa**, Representante Suplente da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Telmo Barbo – Município de Triunfo; Jorge Amaranto – BM de Barão; Virgínia de Carvalho Fett – OAB/RS; Niro Afonso Pieper – SIGA/RS; Cláudia V. Viegas – Ambiente Já; Artur Lemos Júnior – FZB; Luiz Alberto Mendonça – SEMA/DEFAP; Mauro Gomes de Moura – FEPAM. **Pauta: 1. Discussão da Ata da 103ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Habilitação de Municípios; 4. Recursos Administrativos; 5. Exame da proposta de resolução que visa disciplinar a forma de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos localizados em APP, situada em área urbana consolidada; 6. Informação a respeito da atuação do Comando Ambiental; 7. Informações a respeito da infra-estrutura do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP; 8. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Carlos Otaviano Brenner de Moraes – Secretário do Meio Ambiente, e secretariados pelo Sr. Tiago Castagnetti – Secretaria Executiva da SEMA. **Sr. Presidente (Carlos Otaviano Brenner de Moraes):** Boa-tarde a todos, prezados senhores e senhoras. Vamos dar por aberta esta Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. **1. Discussão da Ata da 103ª Reunião Ordinária do CONSEMA.** Submetemos à deliberação do Conselho a Ata da 104ª Reunião do CONSEMA. Há alguma observação? **Sra. Laura Londero Cruz:** Eu gostaria que constasse o meu nome na ata, porque não constou e eu estava presente. Também solicito a correção do nome da Secretária, Anita Bergmann – Secretária de Estado. **Sr. Tiago Castagnetti:** Será feita essa retificação. A Sra. Lúcia Ortiz, Conselheira do Núcleo Amigos da Terra, pede a seguinte correção na linha 907, onde se lê *outras hidrelétricas*, leia-se *outras termelétricas*. **Sr. Presidente:** O Conselho considera acolhidos os pedidos de retificação e a inserção do nome faltante? A ata está APROVADA. **2. Comunicações.** Passo à leitura das comunicações. **Sr. Tiago Castagnetti:** Nós temos um *comunicado da Universidade Privada: Prezado Presidente, em razão de estar participando de três bancas de defesa dos doutorados da Universidade de São Carlos/São Paulo, na data da reunião, justifico minha ausência na mesma. Agradeço a compreensão, Professora Elizabete Maria Zanin – Membro Suplente da Universidade Privada. Comunicado da Universidade Pública: Prezados senhores, informamos que a UFRGS não estará presente na referida reunião, tendo em vista que os membros que a representam estão de férias em localidades distantes de Porto Alegre. Atenciosamente, Maria Teresa Raya Rodriguez.* Ainda em Comunicações, **ofício da Secretaria de Infra-Estrutura e Logística:** Sr. Presidente, impedido de comparecer a 104ª Reunião Ordinária do CONSEMA, estou apresentando o Sr. Eduardo Batalha Krause, Assessor Técnico nesta Secretaria de Infra-Estrutura e Logística, que estará me substituindo nessa ocasião. Sem mais para o momento, subscrevemo-nos. Engenheiro Edmundo Fernandes da Silva. **Ofício da Secretaria da Ciência e Tecnologia:** Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, informo através deste que o Sr. Francisco Clori Ribeiro Alves estará representando esta Secretaria da Ciência e Tecnologia durante a 104ª Reunião Ordinária do CONSEMA, devido à participação dos Conselheiros titulares e suplentes e, compromissos

59 anteriormente assumidos. Atenciosamente Paulo Maciel, Secretário da Ciência e Tecnologia. **Ofício da**  
60 **Secretaria do Planejamento e Gestão:** Sr. Secretário, dirijo-me a Vossa Excelência com a finalidade de  
61 informar que a Sra. margarete Vasata Max Silva é representante Suplente desta Secretaria de Recursos  
62 Hídricos e deverá participar da 104ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, a ser  
63 realizada nesta data, 21 de fevereiro, tendo em vista que o Sr. Josué Vieira da Costa, que é o  
64 representante desta pasta, não poderá comparecer em razão de outro compromisso inadiável no mesmo  
65 horário. Atenciosamente, Ariosto Culau – Secretário de Estado de Planejamento e Gestão. Ainda em  
66 Comunicações, o Conselheiro Germano gostaria de estar divulgando o III Encontro da Conferência  
67 Nacional do Meio Ambiente, da etapa estadual. Então, eu convidaria o Conselheiro Germano. **Sr. Luiz**  
68 **Antônio Borges Germano da Silva:** Eu solicito que a Coordenadora da Conferência Estadual use a  
69 palavra em meu nome para divulgar. – **Divulgação do III Encontro da Conferência Nacional do Meio**  
70 **Ambiente – Sra. Elisabete:** Boa-tarde a todos. Estamos fazendo a inscrição através do Conselheiro  
71 Germano, que é representante na Comissão Organizadora da etapa estadual da III Conferência Nacional  
72 do Meio Ambiente. Este é um conjunto de cartazes para levarem e distribuírem as suas Entidades.  
73 Trouxemos já o convite aos Conselheiros para a etapa estadual, que vai acontecer nos dias 18 e 19 de  
74 março, no Centro da Cultura Gaúcha, no Parque da Harmonia, a partir das 7h30min o credenciamento,  
75 com continuidade até o domingo. **Sr. Presidente:** Antes de iniciarmos o exame da Ordem do Dia, solicito  
76 a verificação do *quorum*. Há *quorum*, fazem-se presentes 21 Conselheiros. **3. Habilitação de Municípios.**  
77 O primeiro assunto à deliberação do Conselho diz respeito à habilitação de quatro municípios: André da  
78 Rocha, Rio Grande, Triunfo e Barão, sendo que Barão é o retorno, em face daquela diligência solicitada  
79 na reunião anterior. Pieper, eu passo a palavra para o relato, por gentileza. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr.  
80 Presidente e Srs. Conselheiros, permitam-me, a respeito do **Município de Barão** não fazer novamente a  
81 leitura do parecer. Na verdade, foi pontual o apontamento e o Município trouxe novos documentos,  
82 corrigindo aquilo que no entendimento do Conselho não estava adequado. Designou, então, um  
83 profissional com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, um geólogo. Então, dessa forma eu  
84 imagino que esteja em condições de ser votado sem a necessidade de exposição maior. Pergunto se  
85 fazemos isso em bloco ou se vota o Município de Barão? **Sr. Presidente:** Acredito que seja melhor de  
86 forma individualizada. Alguma outra questão a ser levantada? Então, submeto à apreciação do Conselho.  
87 Aqueles que são favoráveis à habilitação do Município de Barão que assim se manifestem. Dezesete  
88 Conselheiros favoráveis. Contrários? Nenhum. Abstenções? Quatro. APROVADO. **Sr. Niro Afonso**  
89 **Pieper:** Presidente, além disso o Município ainda apresentou o zoneamento ambiental, era um item que  
90 estava devendo, aproveitou e já foi até analisado na Câmara Técnica. Vou passar à leitura do parecer  
91 resumido, os *slides* foram preparados. A respeito do **Município de André da Rocha**, é o menor município  
92 em população do Rio Grande do Sul, com 1.133 habitantes. O Município conseguiu cumprir os requisitos.  
93 Fica na região de Nova Prata e Lagoa Vermelha. Tem um setor de meio ambiente ligado à Secretaria da  
94 Agricultura e Meio Ambiente, a licenciadora é uma engenheira agrônoma, também há um fiscal, fiscal  
95 com atividades múltiplas dentro do Município, inclusive, com formação superior. Tem uma equipe  
96 multidisciplinar contratada junto a essa empresa que está aparecendo aí. A base econômica é a agricultura:  
97 milho, soja, feijão, pipoca, etc.; também tem alguma coisa de bovinocultura e suinocultura, e alguma coisa  
98 de agricultura. Os principais impactos são a ocupação indevida de áreas de preservação permanente;  
99 saneamento tanto em área urbana quanto rural; os resíduos sólidos, o Município tem contrato junto uma  
100 empresa para o recolhimento; e os resíduos da agropecuária. Os programas e projetos elencados no plano  
101 ambiental são: repovoamento do Pinheiro Brasileiro, na verdade, é um programa estadual que os  
102 municípios aderem. A determinação das áreas de conflito de uso da terra vem a ser quase que um  
103 zoneamento, está previsto o plano ambiental. O controle da qualidade da água. A gestão dos resíduos  
104 sólidos, aprimorar, porque, na verdade, já existe. O sistema de tratamento de esgotos, e o Prefeito esteve  
105 na reunião da Câmara Técnica e afirmou que pretende implantar o tratamento que ainda não tem. O  
106 tratamento de dejetos suínos e controle das atividades de mineração. A implantação do Departamento de  
107 Licenciamento e Fiscalização, que vai ser agora, e a educação ambiental. As pendências apontadas na  
108 Câmara Técnica é uma maior concatenação da descrição fitogeográfica com os seus respectivos mapas,  
109 especialmente vegetação e uso da terra. Ampliação dos elementos químicos analisados no abastecimento  
110 público, um pouco eficiente em termos de elementos químicos, que, na verdade, são analisados. E o  
111 processo foi aprovado por maioria. Ali está constando como voto contrário, mas foi uma abstenção. **Sr.**  
112 **Presidente:** Algum esclarecimento, Sr. Conselheiros? **Sra. Lisiane Becker:** Eu gostaria de deixar uma  
113 dúvida em Plenário, se é possível a partir de hoje que acadêmicos sejam listados como responsáveis pela  
114 elaboração do plano ambiental. Nesse município, a equipe técnica, na análise do plano ambiental consta:  
115 *Equipe técnica, responsáveis pela elaboração do plano ambiental, acadêmico engenheiro florestal e*

116 *acadêmico engenheiro florestal*. Eu quero saber se pode constar como responsável do plano ambiental um  
117 acadêmico? **Sr. Niro Afonso Pieper:** O assunto foi também levantado na Câmara Técnica, até estou  
118 abrindo o voto, mas a Conselheira se absteve na votação da Câmara Técnica. Não se trata de acadêmicos  
119 integrarem a equipe de licenciamento e de fiscalização, é pela elaboração. Na verdade, constou no plano  
120 ambiental, isso foi superado na Câmara Técnica, é por uma questão de crédito a quem participou da  
121 elaboração. É uma lista grande de 20 profissionais, dois deles talvez estivessem no final do curso e são  
122 chamados, corretamente, de acadêmicos. É uma equipe bastante respeitada pela abrangência do trabalho,  
123 não está nem tão explícito ali, mas é a equipe da FATEC – Universidade Federal de Santa Maria, entre os  
124 quais dois, dos possivelmente hoje profissionais já formados, eram acadêmicos na época. **Sr. Flávio**  
125 **Lewgoy:** É uma dúvida que já me surgiu em outras ocasiões, é uma questão de conflito de interesse, não é  
126 um conflito dedicado. Em uma empresa privada que trabalha exatamente em avaliações ambientais pode  
127 surgir conflitos de interesse, no caso que o município precise de parecer. Eu não tenho razão nenhuma  
128 para duvidar da competência técnica-científica da empresa, apenas estou questionando a contratação de  
129 uma empresa privada, quando, na verdade, os municípios deveriam ter profissionais próprios, contratados  
130 ou do quadro, ou deveriam fazer consórcios que atendessem com exclusividade esses municípios. Em uma  
131 empresa privada, já diz o nome, pode surgir conflito de interesse, quer dizer, ela trabalha com diversos  
132 projetos e se está sendo contratada é porque tem profissionais que atuam na área. Então, surgiu-me essa  
133 dúvida. Obrigado. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Esse é um caso recorrente aqui, esse questionamento. Na  
134 verdade, a responsabilidade do profissional, no caso da contratação dos profissionais, é ser os olhos do  
135 Estado, no caso, os olhos do município. Eu não quero emitir nenhum juízo de valor a respeito da empresa,  
136 mas como aqui isso é freqüente, apenas fazer esse esclarecimento. **Sr. Paulo Brack:** Eu vou na mesma  
137 linha do Professor Lewgoy, nós havíamos solicitado que os municípios tivessem um documento, que fosse  
138 uma isenção de interesse, um documento que demonstrasse a inexistência de conflito de interesse. Tudo  
139 isso considerando que sabemos de casos de pessoas que trabalham na prefeitura, trabalham em empresas e  
140 fazem projetos de coisas que estão juntas aí. Então, nesse sentido, encaminhar uma proposta, talvez se  
141 envie aos municípios a necessidade de ter um documento, que esses profissionais assinem um documento  
142 de inexistência de conflito de interesse. É uma questão que se pode definir como algo factível, não sei  
143 como seria encaminhado, se é para cá ou para a prefeitura, mas que tivesse pelo menos da prefeitura de  
144 cada município esses documentos, que ficassem lá arquivados, eventualmente o Ministério Público pode ir  
145 e está lá, o cara assinou. Uma outra questão que eu gostaria de saber é o valor do montante dos recursos  
146 muitas vezes dessas empresas, porque e vi casos que os valores são mínimos, praticamente não pagaria  
147 uma empresa. Qual o interesse dessa equipe multidisciplinar trabalhar se recebem algo ínfimo no mês,  
148 menos de 500 reais? Essa é uma questão interessante, que constasse em todas elas o valor que vão receber  
149 para prestar serviço. **Sra. Lisiane Becker:** Como o Pieper salientou, a abstenção na reunião que ocorreu  
150 não foi devido aos acadêmicos, eu coloquei a questão dos acadêmicos para que o Plenário tomasse  
151 conhecimento. A minha questão mesmo em cima desse município é que o mapa não coincidiu com o texto  
152 e a Câmara Técnica colocou como recomendação, não como exigência que fosse adequado. Então, no meu  
153 ponto de vista é bastante incoerente ter o mapa disponível e a interpretação ser outra. Por isso seria  
154 contrário ao parecer. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros e  
155 Conselheiras. Mais uma vez gostaria de reiterar que são duas coisas diferentes, a equipe técnica que  
156 elabora o plano ambiental nem sempre é a mesma equipe técnica que vai trabalhar no dia-a-dia, na  
157 elaboração dos laudos que constarão no plano do licenciamento ambiental. Nós FAMURS recomendamos  
158 e temos sido bastante radicais nisso, em dizer aos municípios que a equipe técnica licenciadora não pode  
159 apresentar projeto de cunho ambiental naquele município. Essa é a orientação que nós temos dado. E  
160 entendemos que dessa forma não há conflito de interesse. No caso do Município de André da Rocha o  
161 plano ambiental foi elaborado pela equipe técnica de uma Fundação, dentro de uma universidade, a  
162 FATEC. Portanto, não se sabe se a mesma fundação vai se habilitar no licenciamento, eventualmente não,  
163 porque muitos não têm interesse de continuar fazendo o trabalho. A Resolução CONAMA nº 237 diz que  
164 os profissionais podem ser do quadro ou à sua disposição. Caso a gente queira uma interpretação diferente  
165 temos que buscar uma alteração na resolução do CONAMA, para que daí a gente esteja mais seguros na  
166 situação em evidencia. E na Resolução nº 167 deste Conselho nós colocamos que o licenciador vai ter que  
167 necessariamente ser dos quadros do município em questão. Só esse esclarecimento, de maneira alguma  
168 nós comentamos ou orientamos os municípios para que equipes técnicas contratadas apresentem projetos  
169 nesses municípios. Obrigado. **Sr. Presidente:** Pieper, alguma questão complementar? **Sr. Niro Afonso**  
170 **Pieper:** Eu acho que cabe sim um esclarecimento. Na verdade, como foi colocado, como está no parecer,  
171 não é uma recomendação ao município, é uma pendência e esse processo deverá retornar para análise  
172 daquelas duas pendências: a concatenação dos aspectos da floresta e a questão da análise da ata. Não ficou

173 como recomendação e sim como pendência a ser suprida, ficou estabelecido um prazo de 90 ou 120 dias.  
174 **Sr. Presidente:** Os Srs. Conselheiros se sentem em condições de votar? Então, aqueles que aprovam a  
175 habilitação do Município de André da Rocha assim se manifestem. Quinze Conselheiros favoráveis.  
176 Contrários? Cinco. Abstenções? Duas. APROVADO. O processo seguinte, Pieper. **Sr. Niro Afonso**  
177 **Pieper:** Apenas para esclarecer o Conselheiro Paulo Brack, o contrato com as cláusulas dos valores,  
178 embora não conste no parecer, até, particularmente, acho que não deve constar no parecer do processo,  
179 mas no processo consta o processo completo, inclusive, uma indicação de todos os profissionais e seus  
180 registros respectivos. O processo do *Município de Rio Grande*. Rio Grande é um dos maiores municípios  
181 que ainda não havia solicitado a qualificação. Fica na planície costeira sul do Estado do Rio Grande do  
182 Sul, na região sul do Estado, com uma população de mais de 186 mil habitantes. Tem ascensão em vista  
183 aos últimos investimentos. Tem uma área territorial bastante grande, mais de 3.000Km<sup>2</sup>. A administração  
184 municipal possui três secretarias, entre as quais uma secretaria específica ligada ao meio ambiente. São  
185 licenciadores: um engenheiro agrônomo, um biólogo, dois engenheiros civis, dois médicos veterinários,  
186 dois arquitetos, um químico. O processo foi retido no SIGA por algum tempo, por questão da nomeação  
187 desses dois fiscais, os fiscais são concursados e assumiram neste ano, na verdade, agora com dois fiscais  
188 do quadro específico do meio ambiente. A equipe multidisciplinar é a própria equipe de licenciadores  
189 designados, não há contratação externa. Há várias parcerias, como com a Fundação e a universidade, mas  
190 para o licenciamento é suprido pelo próprio quadro. Falando um pouquinho da base econômica, é a sexta  
191 posição no contexto estadual, é um Município de grande relevância para o Estado, principalmente no setor  
192 industrial, que é bem específico na área industrial, fertilizantes, petróleo, o próprio porto e a sua  
193 influência. A venda percapta de 13 mil reais. Aí está especificada a questão do fertilizante o petróleo  
194 também, a petroquímica. A quantidade de empregos diretos, indústria de pescados também, seis unidades  
195 com 2 mil empregos fixos, tem aproximadamente 5 mil das atividades de pesca artesanal. Isso influi com  
196 certeza nos impactos, que tem a introdução de fauna doméstica. Exposição irregular de resíduos sólidos é  
197 um problema, também discutido no Município e dentro da Câmara Técnica, há o movimento recente na  
198 busca de regularização. Ocupações irregulares, para quem conhece Rio Grande isso é um problema.  
199 Emissão de efluentes domésticos, industriais e militares, por causa das bases. Insuficiência da rede  
200 coletora de esgotos. Reflorestamento, a exploração e manejo inadequado de pinos, emissões de gases na  
201 atmosfera, pesca predatória, a ocupação de áreas em APPs, principalmente em dunas, e turismo  
202 desordenado. Aqui a ocupação em APPs não consta neste relatório, mas na Câmara Técnica foi  
203 mencionado fortemente a questão da ocupação em áreas de inundação, áreas alagadas e banhados.  
204 Programas e projetos é uma lista extensa: programa de controle e licenciamento ambiental, tem vários  
205 programas ligados a este; programa de manejo, planejamento ambiental com planos e ações sobre manejo  
206 de dunas costeiras, plano de manejo da Ilha Grande dos Marinheiros, da APA da Lagoa Verde, o distrito  
207 industrial, agenda ambiental portuária, Agenda 21 do setor industrial, Projeto Fórum Oceânico, planos de  
208 manejo integrado de pesca, projeto de transição para agripologia. Na verdade, os planos anteriores à  
209 elaboração do plano ambiental de Rio Grande, eles têm origem em vários projetos mais específicos sobre  
210 orlas, sobre manejo na região costeira. Foi uma seqüência de planos que nós deixamos no formato  
211 original, entre os quais vários voltados para a questão da orla, que, na verdade, é um dos problemas que  
212 nós tínhamos de Rio Grande. Tem um programa de educação ambiental, mais na educação ambiental  
213 mesmo, normal, não formal. Tem várias ações, programas e projetos, tem várias ações indicadas que serão  
214 refinadas e que já constam como compromisso. As pendências são justamente nesse ponto, o que ficou  
215 pendente, que está sendo submetido neste pleno, é privilegiar o aprimoramento dos programas e projetos;  
216 a recuperação dos ecossistemas e a ampliação da área de preservação permanente e a relação desta com a  
217 área de uso. O que é isso? Aumentar o percentual de áreas protegidas em relação ao território do  
218 município. Este processo também foi aprovado por maioria, com uma abstenção. **Sr. Presidente:**  
219 **Conselheiros, indagações, observações? Sr. Marcelo Madeira:** Boa-tarde, Sr. Presidente e demais  
220 colegas. Eu gostaria de chamar atenção para um ponto, solicitar que independente da votação seja  
221 solicitada à Prefeitura que faça a lista de faunas, porque há erros bastante graves ali. Há várias espécies  
222 que já foram extintas na região e outras, inclusive, que nunca existiram na região. Então, precisa fazer uma  
223 reavaliação da lista de fauna. Obrigado. **Sr. Presidente:** Alguma outra observação? Então, quem é a favor  
224 da inclusão da proposta do Conselheiro do IBAMA? Dezesete votos. Então, agora a votação em si da  
225 habilitação. Aqueles que forem favoráveis à habilitação do Município de Rio Grande assim se  
226 manifestem. Dezoito votos. Contrários? Cinco votos. Abstenções? Uma abstenção. APROVADO. Há  
227 algum representante do município aqui conosco? Então, vamos ao processo do *Município de Triunfo*. **Sr.**  
228 **Niro Afonso Pieper:** Sr. Presidente, antes de passar ao relatório fazer o registro de que o município esteve  
229 na reunião da Câmara Técnica, foi sabatinado. E atendendo aquelas ressalvas feitas já encaminhou a

230 documentação, no entanto, ainda não foi analisada, mas, em princípio, atende aquelas ressalvas feitas  
231 dentro desse prazo de uma semana para a outra. Então, possivelmente, já esteja totalmente atendido. De  
232 qualquer forma são coisas em relação ao conjunto, de relevância, mas não impeditivos nos entendimento  
233 da Câmara Técnica. O município fica na divisão de Porto Alegre com a região carbonífera, com uma  
234 população de 24 mil habitantes e uma área territorial de 823Km<sup>2</sup>. Também a Prefeitura de Triunfo, a  
235 exemplo de Rio Grande, possui uma Secretaria específica para a área do meio ambiente, inclusive, com  
236 expressivos quadros de funcionários efetivos, no qual há licenciadores, fiscais, e ainda outros profissionais  
237 que no município tratam de questões não específicas ao licenciamento, mas a outros temas ligados. São  
238 três biólogas como licenciadoras, um técnico de química, um engenheiro, uma médica veterinária, um  
239 fiscal formalmente designado. A gente estava discutindo com o município, de repente ceder, conceder  
240 mais profissionais para essa prerrogativa, que, na verdade, implicitamente o funcionário que trabalha na  
241 área ambiental já tem, mas o município pode estudar de ampliar. Além desses, mais quatro biólogos e  
242 mais um técnico químico. Nós fizemos um treinamento em Nova Petrópolis sobre fiscalização e um terço  
243 da turma era de profissionais de Triunfo. Dado o número de profissionais que tem à disposição, até  
244 limitamos um pouco a inscrição do município naquela ocasião. A base econômica do Município de  
245 Triunfo é produto interno bruto. Não tem porque referir, mas já referindo, que muito em decorrência do  
246 Pólo Petroquímico são 95% de arrecadação do Município. São 10% da arrecadação do Estado, está  
247 lembrando aqui o Conselheiro Valtemir. A agricultura: melancia, milho, mandioca e arroz; pecuária com a  
248 quantidade de cabeças ali referidas, o número de gado, suínos e frangos. Também, para referência forte aí,  
249 o reflorestamento, é uma região onde isso ocorre bastante, especialmente acácia-negra. Os principais  
250 impactos: extração de areais, especificamente do Rio Jacuí; a extração do carvão mineral, por conta da  
251 acácia-negra; a restauração de marcações; a ocupação irregular de áreas verdes, no caso, a área urbana; a  
252 remoção de vegetação de áreas de preservação permanente, e o Município tem um projeto bem adiantado  
253 nessa área de recuperação. Destino de resíduos sólidos e a falta de esgoto doméstico de estações de  
254 tratamento do esgotamento doméstico. Os programas e projetos são: projeto de educação ambiental; a  
255 recuperação da mata ciliar está bastante adiantada; o projeto de implantação da fiscalização ambiental, que  
256 está na dependência desta votação. Há também o projeto de preservação de fontes; projeto de implantação  
257 de unidades de conservação, que os técnicos do município nos esclareceram, na verdade, até com a ajuda  
258 da Conselheira Lisiane, uma consultoria durante a Câmara Técnica de qual o tipo de unidade de  
259 conservação seria escolhido. Plano de arborização urbana, um projeto de regularização dos *campings*  
260 principais, que é um assunto bastante recorrente também nos municípios; e o projeto de regularização de  
261 poços, que nos informava o Secretário que está praticamente pronta a identificação de todos os poços  
262 existentes no Município. Pendências: a exemplo de André da Rocha, a concatenação da parte descritiva da  
263 fitogeografia com os mapas respectivos, já consta no processo; e a elaboração e ampliação de projetos  
264 ambientais para a abrangência e totalidade dos impactos diagnosticados. Então, naquela lista de impactos  
265 ali havia a ausência de projetos em algumas das áreas, que hoje já constam e um complemento que o  
266 município fez. E a aprovação também por maioria. É o relatório, Sr. Presidente. **Sr. Presidente:** Há algum  
267 representante do Município de Triunfo? **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sim, o Sr. Secretário Municipal. **Sr.**  
268 **Presidente:** O senhor tem interesse de alguma manifestação neste Conselho? **Sr. Telmo Barbo:** Só se  
269 houver a necessidade. Obrigado. **Sr. Manoel Francisco Moreira:** Isto é um preciosismo, mas é que o  
270 nosso amigo falou do carvão mineral em função da acácia-negra, as duas coisas não têm nada a ver. Foi  
271 um lapso de memória, com certeza, porque eu sei que o companheiro sabe que uma coisa não tem nada a  
272 ver com a outra. Só para ficar registrado. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu ia fazer essa manifestação do  
273 carvão mineral. Em primeiro lugar, parabenizar o Município, é a minha terra, Triunfo volta a estar  
274 habilitado, porque Triunfo já esteve neste rol. O Município de Triunfo foi um dos 11 municípios do Rio  
275 Grande do Sul que antes da adoção da Resolução nº 237 teve delegação de competência, exerceu o  
276 licenciamento ambiental, mas em função de algumas passagens um pouco mais conturbadas na área  
277 política, um dos prefeitos resolveu devolver a delegação de competência. Então, só gostaria de fazer essa  
278 observação. Eu fui Secretário Municipal, exerci a função de licenciador desse Município no início da  
279 década de 90. Então, posso dizer que a gente trabalhou e o Município tem condições de fazer um excelente  
280 trabalho nessa área ambiental. Também fazer a observação de que nós de Triunfo levamos a pecha de que  
281 temos o maior PIB do Estado percapta, mas, na verdade, tem que ser dito que Triunfo tem o maior retorno  
282 de ICM. Então, são coisas diferentes. Quisera eu que, efetivamente, a população de Triunfo tivesse a renda  
283 percapta que é dita ali e que o Poder Público não tivesse todo aquele recurso. Certamente os resultados  
284 seriam bem diferentes. Então, nesse sentido peço apoio para que a gente habilite o Município de Triunfo,  
285 também lembrar que o Município de Triunfo é o berço da Revolução Farroupilha, é onde nasceu Bento  
286 Gonçalves, que foi o idealizador da Revolução Farroupilha. Então, nesse sentido hoje tomei a liberdade de

287 fazer essa manifestação, porque é a minha terra. Obrigado. **Sra. Lisiane Becker:** Eu acho que tem que  
288 fazer uma correção, estava constando três biólogos e são quatro. Então, a favor do município, são quatro  
289 biólogos. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Pelas manifestações aqui eu quero me redimir, mas é pela exuberância  
290 de triunfo, mas possivelmente tenha carvão vegetal também em função da acácia, mas é carvão mineral.  
291 Inclusive, uma correção, na verdade, são quatro biólogos. É válido o registro e faço a correção. **Sr.**  
292 **Presidente:** Mais alguma manifestação? Então, submeto à votação o Município de Triunfo. Os  
293 Conselheiros que forem favoráveis que assim se manifestem. Vinte um votos favoráveis. Contrários?  
294 Ninguém. Abstenções uma abstenção. APROVADO. Conselheiros, retornando à questão do Conselheiro  
295 do INGÁ, parece-me que não haveria nenhum impedimento que se impusesse entre as obrigações, apontar  
296 o município o valor pelo qual contrata uma determinada empresa de consultoria. Senão houver maior  
297 divergência a respeito. Então, o Conselho, por unanimidade, determina. Na verdade, nós temos um  
298 paradigma na lei, o Código Estadual do Meio Ambiente determina que não pode um servidor da FEPAM  
299 prestar serviços em nível de consultoria a quem com a FEPAM se relacione. Então, uma regra deve ser  
300 aplicada em uma situação como esta revelada nos municípios. Nada impede, porém, que se faça uma  
301 explicitação que não seria conveniente que aquele mesmo que presta serviços exerça esse papel. Então,  
302 também submeto. Valtemir, tem alguma contribuição? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu tenho uma  
303 contribuição. Sr. Presidente e Senhores Conselheiros, eu entendo que talvez a maneira da gente explicitar  
304 esse assunto é encaminhar uma recomendação da Secretaria do Estado para os municípios recomendando  
305 que nos contratos de consultoria a serem firmados entre os municípios e empresas prestadoras de serviço  
306 nessa área seja obedecido o artigo tal do Código Estadual do Meio Ambiente. Também que isso esteja  
307 explícito no contrato, ou seja, que não vai haver esse tipo de conflito de interesse. Na hora da lavratura do  
308 contrato isso tem que constar, senão acho difícil a gente ter isso como uma regra explícita. E para que isso  
309 tenha eficácia a sugestão é que a Secretaria do Estado encaminhe isso como recomendação a todos os  
310 municípios. **Sr. Paulo Brack:** Eu acho que é mais ou menos na mesma linha do que o Conselheiro  
311 Valtemir falou. Eu acho que seria necessário ter esse documento assinado, como no próprio contrato, que  
312 exista a obrigatoriedade da assinatura desse técnico. Então, a minha proposta é que essa recomendação  
313 exista no contrato e todos os técnicos assinem. Além disso, não só os futuros, mas todos os municípios  
314 envolvidos no licenciamento. **Sr. Presidente:** Eu acho que é uma norma ética, salutar, não vejo nenhum  
315 impedimento. Posso tomar como uma decisão, uma deliberação unânime do nosso Conselho? Então, fica  
316 como uma orientação da Secretaria. APROVADO. Assunto seguinte, Recurso Administrativo nº  
317 010788.0567/03-5, relativo ao Auto de Infração nº 013/03, que figura como autuado Alexandre Neto  
318 Sielichow. Relator Arthur Lemos Júnior, por gentileza. **4. Recursos Administrativos. Sr. Arthur Lemos**  
319 **Júnior:** Boa-tarde a todos. Eu vou seguir o plano: *Trata-se do auto de infração de supressão de vegetação*  
320 *nativa e aterramento em área de preservação permanente na margem esquerda do Rio Camarão, situado*  
321 *no condomínio Campos de Dentro. Em face do exposto, incorre na transgressão dos artigos 2º, 29 e 41 da*  
322 *Lei Federal nº 9.605/98, artigo 3º, inciso I, alínea b, da Resolução CONAMA nº 303/2002, artigos 14º,*  
323 *inciso IX, 54, 55, 100, 101, 111, parágrafos 1º e 2º, 99, 114, 154 e 155, incisos I e II do Código Estadual*  
324 *do Meio Ambiente – Lei Estadual nº 11.520/00, artigos 2º, 25, 26 e 44 do Decreto Federal nº 3.179/98,*  
325 *artigo 2º, alínea a, inciso 2 e artigo 4º, parágrafos 1º e 4º, do Código Florestal, Lei Federal nº 4.771/65.*  
326 *Não obstante, restou aplicada multa simples no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a exigência de*  
327 *demolição da obra dentro de um prazo máximo de 30 dias, apresentação de um plano de recuperação da*  
328 *margem danificada com o plantio de vegetação nativa e iniciar o processo de recuperação da área a*  
329 *partir da aprovação do plano pela FEPAM. O Relatório. A FEPAM, dentro de suas atribuições, lavrou o*  
330 *auto de infração nº 013/2003, em 01 de junho de 2003, contra Alexandre Neto Sielichow, haja vista que o*  
331 *autuado degradou área de preservação permanente, efetuando a construção de benfeitorias diferentes das*  
332 *solicitadas para FEPAM. Para tanto, foi aplicada multa simples no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)*  
333 *pela infração cometida, bem como a demolição do que fora construído sem a devida autorização. Em 02*  
334 *de setembro de 2003, o autuado apresentou, tempestivamente, sua defesa administrativa contra o auto de*  
335 *infração. A Decisão Administrativa, datada de 07 de maio de 2004, julgou procedente o auto de infração*  
336 *nº 013/2003, com amparo legal constante no artigo 7º da Resolução CONSEMA nº 006/99. A Decisão*  
337 *julgou incidente multa simples no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) decorrente da infração cometida.*  
338 *Ademais, ordenou que fossem tomadas as providências cabíveis para proceder a demolição da obra*  
339 *dentro do prazo de 30 dias. Inconformado, o autuado interpôs Recurso Administrativo contra o*  
340 *juízo de julgamento do Auto de Infração, tempestivamente. A Decisão Administrativa de Julgamento do Recurso*  
341 *apresentado, de 02 de agosto de 2005, manteve a aplicação da multa, concedendo um prazo de 30 dias.*  
342 *Com base nisso, o Sr. Presidente da FEPAM, julgador do recurso, entendeu a comprovação da*  
343 *procedência da autuação, concluindo que o recorrente agiu em desacordo com a legislação aplicada ao*

344 caso, incorrendo na conduta descrita, justificando a aplicação da penalidade. Irresignado, insurge-se o  
345 recorrente contra a decisão apresentando recurso. O juízo “a quo”, em decisão datada de 04 de outubro  
346 de 2006, entendeu pela inadmissibilidade do recurso, previsão legal que lhe é conferida pelo artigo 1º da  
347 Resolução CONSEMA nº 028/2002, considerando que as alegações trazidas à baila já haviam sido  
348 devidamente analisadas. Não obstante, concluiu que o recurso interposto se trata de mero meio  
349 protelatório e não um interesse efetivo em desconstituir a infração cometida. Em face disto, o autuado  
350 interpôs Recurso de Agravo, com protocolo de entrada na FEPAM datado de 31 de outubro de 2006. No  
351 parecer, preliminarmente, cumpre analisar a tempestividade do Recurso de Agravo interposto pelo  
352 autuado. Dispõe a Resolução CONSEMA nº 028/2002, em seu art. 2º, parágrafo 2º: O autuado restou  
353 ciente da decisão agravada em 30 de outubro de 2006, conforme se constata no aviso de recebimento. A  
354 juntada do Recurso aos autos deu-se, conforme carimbo da Triagem da FEPAM, em 31 de outubro de  
355 2006, portanto, tempestivo. Quanto à admissibilidade do recurso, regulado pelas disposições dos artigos  
356 1º da Resolução CONSEMA nº 028/2002, no qual dispõe que três pressupostos que são principais devem  
357 constar: I – tenha omitido ponto argüido na defesa; II – tenha conferido à legislação vigente  
358 interpretação diversa daquela sustentada pelo CONSEMA; ou III – apresente orientação diversa daquela  
359 manifestada em julgamento realizado pelo órgão ambiental semelhante. Requer seja admitido o Recurso,  
360 tendo em vista que o julgado incidiu no inciso I supra. Primeiramente, cumpre destacar que o recorrente  
361 em seu Recurso de Agravo, meio processual administrativo cabível no caso em tela para o seguimento do  
362 Recurso ao CONSEMA, destaca que o julgado da FEPAM omitiu pontos argüidos na defesa apresentada.  
363 Em contrapartida, em sua petição não menciona quais pontos são estes, restando inepta. Por cautela, de  
364 posse dos autos, passa-se a analisar se houve omissão do julgado, ainda que o autuado, em seu recurso  
365 de agravo, não tenha apontado. Todas as decisões da FEPAM foram exaustivamente fundamentadas e em  
366 nenhum momento deixaram de se manifestar acerca dos fatos e fundamentos apresentados pelo autuado.  
367 Não obstante, verifica-se que a tese de defesa do autuado está baseada em desqualificar o conhecimento  
368 técnico do representante da instituição, ora autuante, assim como, também, defender o afastamento da  
369 pena imposta tendo em vista o Compromisso de ajustamento de conduta firmado com o Ministério  
370 Público Estadual. Em nenhum momento menciona ou afasta sua responsabilidade do dano causado ao  
371 meio ambiente. Como já mencionado na Decisão Administrativa 101/2005, o Termo de Ajustamento de  
372 Conduta é um instrumento do Ministério Público que se destina a compor um acordo entre aquela  
373 instituição e aquele que responde a processo instaurado por ela. Neste diapasão, o processo  
374 administrativo instaurado pela FEPAM não se coaduna com aquela esfera do judiciário. Logo, cabe ao  
375 autuante a postura que entender pertinente, dentro da legalidade, aos fatos ocorridos. Portanto, tendo em  
376 vista a inexistência dos pressupostos legais para seguimento de Recurso a este Conselho, inadmissível o  
377 Recurso. Diante do exposto, em conformidade com os artigos 7º e 9º da Resolução CONSEMA nº 006/99,  
378 julgo: tempestivo o Recurso de Agravo. Inadmissível o Recurso contra a Decisão Condenatória, tendo em  
379 vista a inexistência dos pressupostos legais. Procedente o Auto de Infração nº 13/2003, tendo em vista que  
380 o mesmo atende as exigências legais do artigo 7º da Resolução CONSEMA nº 06/99. Incidente a  
381 penalidade de multa simples no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), face a transgressão da legislação  
382 ambiental, devendo ainda ser providenciada a demolição da obra dentro do prazo de 30 dias, com  
383 apresentação do Plano de Recuperação da margem danificada por meio de plantio de vegetação nativa,  
384 conforme a existente nas adjacências, dentro do mesmo prazo. É o parecer. **Sr. Presidente:** Senhores  
385 Conselheiros, muito embora seja, digamos assim, uma questão de natureza estritamente jurídica, mas já  
386 que mencionado no relato, aquele que recorre é porque tem algo que lhe é desfavorável e entende através  
387 de recurso reverter. Então, tem que mostrar o que quer e porque quer. Então, o objeto da impugnação é  
388 tarefa, o seu apontamento está sendo feito pelo recorrente, não cabendo ao órgão julgador substituí-lo  
389 lendo o processo para, então, descobrir quais os pontos que na visão dele não teriam sido atendidos pelo  
390 órgão aqui autuador, no caso a FEPAM. Algum esclarecimento? Habilitados a votar? Então, aqueles que  
391 acompanham o Relator assim se manifestem. Vinte dois votos. Os Conselheiros que são contrários.  
392 Nenhum. Os Conselheiros que se abstêm? Nenhum. APROVADO. **5. Exame da proposta de resolução  
393 que visa disciplinar a forma de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos  
394 localizados em APP, situada em área urbana consolidada.** Tema seguinte, e hoje, 21 de fevereiro,  
395 poderá significar um marco relevante no aprimoramento da forma como nós que aqui neste Conselho  
396 representamos a sociedade lidamos com as questões relacionadas à adequação entre as exigências da vida  
397 e a legislação. Eu quero me referir a um trabalho feito pela FEPAM, que nós, propositadamente, antes de  
398 submeter à apreciação das Câmaras Técnicas fizemos questão de trazer ao Plenário para conhecimento,  
399 com vista à edição, futuramente, de uma resolução, que diz do licenciamento ambiental e as áreas de  
400 proteção consolidadas em áreas urbanas. Este é um dos temas recorrentes na gestão ambiental,

401 especialmente no que diz aos municípios. A nossa legislação não nos diz como fazer em relação às áreas  
402 do passado, do presente, a nossa legislação disciplina o conceito de áreas de preservação permanente, mas  
403 considerando a vigência da lei depois de muitas as ocupações ocorridas sem que nos tenha sinalizado  
404 como fazer, nós ficamos nesse nível, em uma lacuna. Então, cabe ao Conselho preencher, oferecer um  
405 conceito para esse vazio. Então, eu convido o Mauro Moura, conhecido de todos aqui, respeitado técnico  
406 da FEPAM, para que nos exponha o pensamento da instituição a respeito da forma através da qual nós  
407 poderemos disciplinar o licenciamento com as áreas de proteção permanente consolidadas em áreas de  
408 risco. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Obrigado pelas palavras, Secretário. Boa-tarde a todos. Na realidade,  
409 este é um assunto que vem recorrente de todos os nossos cursos de formação no SIGA. Esta é a pergunta  
410 que vem dos municípios: como nós podemos licenciar em área urbana, aquelas áreas urbanas que estão em  
411 APP? Nós, inclusive, possuímos municípios que estão completamente em APP, como o município de  
412 Coqueiro Baixo, são municípios que estão em APP, a sua área urbana está em APP. E o medo,  
413 principalmente nas áreas dos municípios, é como o licenciador vai dar uma licença sem correr o risco de  
414 ser acionado por crime ambiental? Ou seja, dar uma licença em área de preservação ambiental. Como  
415 resolver isso? Então, realmente o Secretário se aprofundou no tema e a legislação não informa isso, sobre  
416 o que é APP, como se colocou APP, quantos metros tem que ter uma APP. Então, nós estamos propondo  
417 uma resolução para o Conselho para se aprimorada. Se os olharem, a resolução não incentiva a ocupação  
418 nesses locais, se por acaso um prédio estiver em APP, nós estamos dizendo assim: *Não instale atividade*  
419 *poluidora aqui, se instalar tem uma medida compensatória;* que, se não engano, 3% na fase de LP e mais  
420 3% na fase de LI, para incentivar a desocupação, fora dessas áreas de APP. Então, a resolução autoriza o  
421 licenciamento por medida compensatória, mas, também, ao mesmo tempo, procura incentivar a  
422 desinstalação nas áreas de APPs. Então, a intenção é essa submeter aos senhores, para os senhores dizerem  
423 o que se fazer com o passado. Por exemplo, licenciamento em área urbana consolidada, tipo o Centro de  
424 Porto Alegre, será feito assim. Então, essa é a intenção, passar às Câmaras Técnicas e depois voltar ao  
425 Plenário do CONSEMA. Está a instância, nem o Secretário poderia tomar essa decisão, porque estaria  
426 sujeito a uma ação contra ele como Secretário, pessoa física. Então, a decisão deste Conselho é necessária,  
427 porque é o órgão máximo do sistema estadual de gestão ambiental. Não sei se alguém vai fazer alguma  
428 pergunta. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Na verdade, não é questionamento, mas quero dizer que é necessário  
429 nós enfrentarmos essa situação. Só que eu entendo que essa proposta tem que ser encaminhada para a  
430 Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, o assunto tem que passar lá, fundamentalmente, para ser  
431 discutido. E eu gostaria de sugerir, há algumas coisas que a gente vem empurrando com a barriga neste  
432 País e as coisas não acontecem. Quando nós voltamos lá no CONAMA, a Resolução nº 364, houve por  
433 parte de todos a esperança: *o CONAMA resolve, o CONAMA vai resolver;* e o CONAMA não resolveu, o  
434 CONAMA deu uma empurrada com a barriga também. Então, criou em um dos artigos um novo elemento  
435 que não tem definição, e disse mais, que compete ao Conselho Estadual de Meio Ambiente dizer o que é  
436 isso, que é um tal de *atividade considerada de baixo impacto ambiental.* Então, eu gostaria de solicitar, Sr.  
437 Presidente e Senhores Conselheiros, que essa resolução discipline a forma de licenciamento e defina as  
438 atividades consideradas de baixo impacto ambiental no Estado do Rio Grande do Sul. E quando tiver  
439 passado pela Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, que é a minha sugestão, e a Câmara Técnica de  
440 Assuntos Jurídicos, retorne ao Plenário para apreciação. Obrigado. **Sr. Mauro Gomes de Moura:**  
441 Desculpa, mas eu acho que a Resolução nº 102 já resolveu essa questão do *baixo impacto ambiental.* Se  
442 nós formos tentar definir atividade de baixo impacto nós não vamos conseguir, mas nada impede que seja  
443 discutido na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu acho que tem  
444 questões que não estão resolvidas, perdoe-me. Eu te pergunto: como que a FEPAM licencia *camping* se  
445 todos estão em APP? E me desculpe dizer, eu participei da elaboração da resolução do CONAMA, o  
446 CONAMA entendeu que cabia a cada Estado definir o que para ele era de baixo impacto, que são algumas  
447 atividades que hoje acontecem. Não tem como nós definirmos como acontecem, o *camping* é aquela  
448 rampa que tem para descer no rio, essas coisas não têm definição. Vocês me desculpem, se nós formos  
449 seguir o regramento tem que fazer EIA-RIMA para fazer uma decida para um arroio. **Sr. Mauro Gomes**  
450 **de Moura:** Essa dúvida, então, Sr. Presidente, eu sugiro fazer uma norma definindo isso, porque nós,  
451 inclusive, tiramos essa norma em questão de assuntos de barragens e entrar nessa norma, nós decidimos  
452 separar em dois. Talvez a mistura dos assuntos seja complicada, talvez a FAMURS possa sugerir uma  
453 resolução para definir a questão de impacto, o que eu acho muito difícil definir. Então, não misturar as  
454 normas, eu recomendo não misturar. Essa é uma questão de regularização de açudes e barragens existentes  
455 no Estado, porque ficou uma norma muito complicada. Nós temos uma outra sugestão, que está no  
456 Gabinete do Secretário, para daqui um tempo vir para os senhores, que é uma norma separada. Por isso eu  
457 acho melhor discutir o assunto separadamente, seria uma sugestão. **Sra. Lisiane Becker:** Eu queria

458 sugerir que também fosse para a Câmara Técnica de Biodiversidade. Queria também colocar uma sugestão  
459 para as próximas análises, que nos considerando ficou faltando um importante artigo, na 369, que é o art.  
460 9, inciso V, onde fala que áreas consolidadas só até 2001. Houve uma audiência pública aqui e na  
461 resolução área consolidada é só até 2001. Era só essa observação que eu gostaria de fazer. Também faltou  
462 a menção de uma outra resolução importante, que remete a Lei nº 11.428, capítulo 6º, que fala sobre a  
463 Mata Atlântica em áreas urbanas. Então, aqui não faz nenhuma menção a essa importante lei. **Sr.**  
464 **Presidente:** Mais alguma observação? Conselheiros, parece-me o seguinte, esta é a proposta: conhecemos  
465 o trabalho apresentado pela FEPAM, encaminhá-lo às Câmaras Técnicas de Gestão Compartilhada e de  
466 Biodiversidade, posteriormente à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Sob esses aspectos  
467 mencionados, de referencia ou não à lei e a data da consolidação, tudo aquilo que consta no preâmbulo  
468 não integra a norma, a regra em si. Então, independentemente de constar ou não no preâmbulo da proposta  
469 da FEPAM, a Câmara Técnica terá competência para examinar a questão, com toda a amplitude que seja  
470 possível. Os considerandos nada mais são do que argumentos. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** A Câmara  
471 Técnica pode colocar novos considerandos, sem problema algum. **Sr. Maurício Colombo:** Eu sugiro, Sr.  
472 Presidente, que se encaminhe também para a Câmara Técnica de Gestão das Águas. **Sr. Presidente:**  
473 Então, os Conselheiros que são favoráveis a essas três destinações, por favor, assim se manifestem. Vinte  
474 um votos. Contrário? Nenhum. Abstenções? Nenhuma. APROVADO. Valtemir, posso tomar como uma  
475 provocação da FAMURS que o Conselho delibere à respeito, porque até hoje não, efetivamente, foi  
476 transitado o assunto, da resolução do baixo impacto? Então, essa é uma proposta do Plenário. **Sr.**  
477 **Valtemir Goldmeier:** Eu já entendi a proposta de resolução, por isso sugeri apresentar na Câmara  
478 Técnica já definindo na mesma resolução. **Sr. Presidente:** Então, podemos deixar esse assunto para a  
479 seqüência. Nós não estamos deliberando nada, a não ser encaminhamento. Tema seguinte, senhoras e  
480 senhores, atendendo à solicitação de Entidades ambientalistas, nós teremos a partir de agora uma  
481 apresentação pelo Coronel Ladimir da Silva, que é o Comandante Geral do Comando Ambiental da  
482 Brigada Militar. É a respeito desse valioso serviço que tanto tem identificado o compromisso do Rio  
483 Grande do Sul e da defesa ambiental, que é a nossa antiga PATRAN, hoje Comando Ambiental. Então,  
484 Coronel, é com muito prazer que o recebemos nesta tarde para falar a respeito das ações do presente e do  
485 futuro do Comando Ambiental da Brigada Militar. **6. Informação a respeito da atuação do Comando**  
486 **Ambiental. Sr. Ladimir da Silva:** Boa-tarde a todos. Para nós da Brigada Militar é uma alegria e uma  
487 satisfação estarmos aqui com os senhores nesta tarde para fazer um relato rápido e sucinto das ações do  
488 Comando Ambiental da Brigada Militar durante o ano de 2007, com a campanha também das Entidades  
489 envolvidas dentro do projeto de preservação da Mata Atlântica. Inicialmente, nós colocamos a nossa  
490 legislação, que rege toda a atividade ambiental, a qual nós seguimos, a legislação conhecida de todos nós e  
491 que nos dá sustentação para as nossas atividades. Posteriormente, nós passamos para à lei estadual que  
492 criou o Sistema Estadual de Proteção Ambiental, que deu competência legal para a atuação da polícia  
493 ostensiva à Brigada Militar. Eu gostaria de ressaltar que as ações da PM deverão ser de preferência pelo  
494 princípio da prevenção, objetivando impedir possíveis infrações relacionadas ao meio ambiente. Já no art.  
495 27, fala quais são as atribuições que competem à Brigada Militar. Aqui é coisa rápida, toda a legislação,  
496 que em razão do tempo vamos passar, porque me deram 15 minutos e eu fiz algo em torno de 2 horas,  
497 2h30min. Então, ali quais são as atribuições dentro do Sistema Estadual de Proteção Ambiental. Na  
498 seqüência fizemos as atividades em várias áreas. A fiscalização florestal: o transporte e comércio,  
499 queimadas, incêndios, desmatamentos. Na área de fiscalização de fauna: a fiscalização de caça, pesca,  
500 cativo e comércio, salvamento e maus tratos. Na área de poluição: poluição sonora, atmosférica,  
501 hídrica, resíduos sólidos e fracionamento do solo. Na mineração também atuamos: fiscalização de lagos  
502 subterrâneos, minas, dragagens e lagos de superfície. Essa de certa forma é a nossa atuação. Aqui nós  
503 temos uma área de responsabilidade territorial no Comando Ambiental. Nós estamos dividimos em três  
504 batalhões: o primeiro Batalhão Ambiental com sede em Xangrilá, que ocupa toda a região leste e sul do  
505 Estado; o segundo Batalhão Ambiental com sede em Santa Maria, que ocupa a região centro-oeste, vai um  
506 pouquinho para o sul; e o terceiro Batalhão Ambiental com sede em Passo Fundo, que ocupa toda a região  
507 norte do Estado como um todo. O efetivo previsto de 578 nós temos 484 policiais militares designados  
508 especificamente para essas atividades de policiamento ambiental. **Sr. Presidente:** Se o senhor me permite,  
509 qual é o efetivo previsto da Brigada Militar? **Sr. Ladimir da Silva:** O efetivo total da Brigada Militar é  
510 em torno de 33 mil homens e do Comando Ambiental 578. **Sr. Presidente:** E o efetivo hoje da Brigada  
511 Militar? **Sr. Ladimir da Silva:** É de 22 mil. **Sr. Presidente:** Então, o efetivo da Brigada Militar em  
512 relação ao que seria o ideal e o que se tem hoje, do Batalhão Ambiental parece que a relação é bem  
513 melhor. **Sr. Ladimir da Silva:** Nós estamos com em torno de 80% do efetivo, quando a média da Brigada  
514 Militar é 60%, mais ou menos. **Sr. Presidente:** Obrigado. **Sr. Ladimir da Silva:** No ano passado fizemos

515 várias operações dentro daquelas áreas de atuação: caça, pesca, poluição, entre outras e em locais  
516 distintos. Foram realizadas 44 operações; essas operações são planejadas e semanalmente executadas em  
517 todos os batalhões, em todas as unidades. Nós temos hoje 46 unidades do Comando Ambiental instaladas  
518 em municípios, ou seja, para atender todos os 456 municípios nós temos 46 destacamentos, tem  
519 destacamento que atende a 05, 10, 20 municípios, conforme a necessidade. Colocamos aqui para  
520 demonstrar, tem recolhimento de motosserra, recolhimento de animais. Aqui é a área de mineração.  
521 Também, eventualmente, participamos de atividades de policiamento urbano, muitas vezes cumprimos a  
522 determinações específicas da Brigada Militar. Operações que realizamos no ano de 2007: Rio dos Sinos,  
523 em relação à fauna, mais cativoiro, caça predatória, mineração, fiscalização as minas de carvão, serrarias.  
524 Semanalmente nós estabelecemos metas para serem atingidas, através de ordem de Serviço, e  
525 estabelecemos: tal dia, tal semana, vai ser fiscalizado comércio e transporte de pescado. Então, aquela  
526 unidade vai se dedicar especificamente nessa atividade. Isso é programado anualmente, toda semana tem  
527 pelo menos uma operação determinada pelo Comando Ambiental. As atuações são também atender as  
528 demandas do Ministério Público, as demandas da justiça, aquelas demandas naturais das denúncias que  
529 são recebidas. Todas aquelas 44 que nós determinamos, mais de uma vez no ano são feitas. Atividade de  
530 educação ambiental também é feita através das ações, através dos cursos de educação ambiental,  
531 fiscalizações de áreas de preservação permanente, enfim, todos os itens que fazemos anualmente. Vamos  
532 aos números agora, que é mais prático. Ocorrências ambientais detectadas: caça, pesca, flora, mineração,  
533 cargas perigosas, enfim, nós temos várias ocorrências, um total de 13.975 ocorrências ambientais  
534 atendidas pelos Batalhões Ambientais. Nesse aspecto eu saliento e posso mostrar os gráficos, até para  
535 fazer uma comparação entre 2006 e 2007, para mostrar o que houve. O roxo é 2006 e vermelho 2007. Nós  
536 tivemos um aumento na maioria das ocorrências, até porque houve um implemento do efetivo e houve  
537 uma qualificação melhor do pessoal que atua nessa área, através de cursos e palestras que foram  
538 ministradas ao longo do ano de 2006. Foi o que realmente qualificou e melhorou a atuação do pessoal.  
539 Nós pegamos um mês específico para os senhores terem idéia: janeiro de 2007 com janeiro de 2008,  
540 continuamos com uma grande quantidade de flora, as queimadas também alguma coisa, mas já bem menor  
541 o percentual, enfim, poluição sonora, mineração, a parte de loteamentos, tudo isso, algumas reduziram e  
542 outras aumentaram. As ocorrências de policiamento ostensivo, porque cabe aqui uma ressalva,  
543 normalmente nós atuamos no policiamento ambiental, mas dentro dessa atividade nos deparamos muitas  
544 vezes com ocorrências do policiamento ostensivo normal, são ocorrências de polícia: porte ilegal de  
545 armas, prisões efetuadas, furto qualificado, acidente de trânsito. Então, em 2007 atendemos 586, até temos  
546 um caso comparativo das atividades de polícia ostensiva, policiamento urbano com o policiamento  
547 ambiental. Aqui é somente um comparativo ainda, depois tem um comparativo das ocorrências ambientais  
548 com as ocorrências de policiamento. Número de pessoas abordadas: 100.745; essas são desde aquelas  
549 operações que a própria Brigada determina que faça a abordagem de pessoas e veículos; 86.759 veículos  
550 abordados. Esse é um dado de policiamento ostensivo. Este gráfico demonstra, visualmente, o percentual  
551 de pessoas abordadas, a área de polícia ostensiva. Na verdade, é policiamento urbano. **Sr. Presidente:**  
552 Coronel, 36 mil veículos fiscalizados e um único recuperado. Pouquíssimo, é nada. **Sr. Ladimir da Silva:**  
553 Dentro e cumprindo ordens da Brigada Militar, nós fazemos fiscalizações a estabelecimentos, autuamos  
554 562, autuamos 26 por alguma irregularidades, foram interditados 12 estabelecimentos. Aí está o gráfico  
555 visual, e, realmente, nós tínhamos 562 estabelecimentos fiscalizados e 12 interditados. Aqui nós temos os  
556 gráfico comparativo das ocorrências ambientais com as ocorrências de policiamento ostensivo,  
557 policiamento urbano. Atendemos a 14.661 ocorrências, e um comparativo do ano passado, 2006 com  
558 2007, houve um aumento das ocorrências ambientais de 25% e uma redução em 14% das ocorrências de  
559 policiamento ostensivo. Materiais apreendidos: quase 3 mil redes, o que dá 135 mil metros de rede,  
560 tarrafas, gaiolas, alçapões. O gráfico adiante nos dá uma visão do quantitativo de metros de redes  
561 apreendidas, as redes estão irregulares. Os animais apreendidos, nós temos hoje bastante demanda nessa  
562 área, até uma situação que ocorreu logo que eu cheguei no Comando Ambiental, foi apreendido um  
563 papagaio em Porto Alegre, aí me ligou desesperado um pai, o dono do papagaio, porque houve uma  
564 denúncia e não há uma maneira legal da pessoa ficar com o animal. Então, tivemos que recolher e o pai  
565 me ligou: *A minha filha tem 7 anos, ela se criou com o papagaio, está querendo ver o papagaio;* mas não  
566 tinha como fazer. Então, são aqueles aspectos que acabam nos criando situações como essa, não adianta,  
567 nós temos a que recolher por força da lei, não tem nem como colocar a pessoa como depositário fiel  
568 daquele animal. Então, isso criou um problema, porque o animal estava lá apreendido e chamando o nome  
569 da criança, o que foi o mais doloroso. São coisas que tem que se ter cuidado, por isso a gente deveria ter  
570 um espaço para que se adecue a lei à cultura do povo. Então, são coisas que se criam, assim como na área  
571 de derrubadas de árvores, o pessoal estava acostumado a derrubar uma árvore que estava morrendo. Hoje

572 já não pode fazer isso, para derrubar uma árvore nativa tem que ter, aliás, a legislação veio bem depois da  
573 pessoa que está a 40, 50 anos fazendo aquele tipo de atividade. Então, são coisas que a gente tem que ter  
574 bastante discernimento e um cuidado muito grande na hora de aplicar uma notificação, uma multa, enfim.  
575 Nós temos uma visão gráfica aqui de todos os animais apreendidos. Temos 461 armas apreendidas, 14 mil  
576 munições. É um dado técnico, via de regra, é feito muitas vezes com prisões inclusive. Providências  
577 tomadas em ocorrências atendidas, aqui são os nossos documentos formais que a gente preenche. Então,  
578 deu um total de 39.057 documentos feitos em razão da atuação da área de polícia ambiental. As operações  
579 em conjunto que nós fizemos em 2007 com o IBAMA, CONSEMA, DEFAP, FEPAM, Zoobotânica,  
580 SMAM, órgãos governamentais e Promotoria Pública. Então, temos aí uma visualização de todas as  
581 operações em conjunto. Ressalta-se que reduziram bastante as atividades em conjunto em razão de que em  
582 2007 começamos, pela própria qualificação e pela própria atuação nossa, começamos a trabalhar mais  
583 intensivamente nessas atividades. Então, houve uma redução significativa das operações em conjunto, não  
584 que tenham deixado de existir, mas é que como estamos com mais habilitação acaba se atuando mais em  
585 cima muitas vezes da necessidade de um técnico para nos dar um apoio e uma orientação de como  
586 proceder. O Comando Ambiental tem representação nesses órgãos, como o CONSEMA, Reserva da  
587 Biosfera, lugares onde nós temos representação atualmente. Nas atividades de educação ambiental nós  
588 realizamos no ano de 2007 um total de 625 palestras em vários locais, Entidades, escolas, instituições  
589 privadas, clubes de caça e pesca, feiras e exposições, enfim, e 245 exposições, atingindo um público  
590 médio de 300 mil pessoas. É importante salientar esse aspecto, porque a própria Lei nº 10.330 estabelece  
591 que a Brigada Militar tem que atuar preventivamente. Então, nós temos procurado através dessas palestras  
592 de educação ambiental levar a toda a comunidade questões de conhecimento necessárias para que se evite  
593 a necessidade da atuação repressiva. Nós devolvemos, via de regra, também, especificamente, agora no  
594 verão as atividades de patrulheiro ambiental mirim, patrulheiro ambiental adulto e patrulheiro ambiental  
595 mestre. São pessoas qualificadas e treinadas para poder passar o seu conhecimento, inclusive, serem os  
596 nossos olhos diante do cometimento de alguma irregularidade. Apesar de não estar previsto, mas nós  
597 temos funcionando junto ao Comando Ambiental a Junta de (*inaudível*) Florestais, que passou um período  
598 desativada e em setembro do ano passado, em conversa com o nosso Secretário, reativando a Junta, está  
599 em pleno funcionamento. Hoje nós temos em torno de 9.669 processos em julgamento, dos quais tem 764  
600 que estão ainda em processamento, e acreditamos que ao longo do ano a gente deva reduzir bastante, até  
601 porque temos um passivo muito grande que a gente resgatou aí. Este gráfico demonstra os delitos  
602 ambientais por responsabilidade territorial regional em 2007, a fauna, a flora e a poluição. Então, verifica-  
603 se, por exemplo, que Canela teve o maior índice de ocorrências, delitos ambientais na área de flora. É um  
604 gráfico bem significativo, ele nos dá uma idéia da região onde está acontecendo a maior parte dos delitos  
605 no Estado. Projeto de Preservação da Mata Atlântica, qual a finalidade do projeto e qual a nossa  
606 finalidade? Proteção ambiental, (*inaudível*) operações programadas em conjunto com outros órgãos. São  
607 vários municípios envolvidos, se eu não me engano, são 28 municípios, mas com a reestruturação poderá  
608 passar para 123, com a renovação do convênio. Aqui são todos os municípios que participam do projeto.  
609 Essas são as 10 ocorrências mais atendidas em 2007: caça, flora, pesca, poluição, poluição sonora,  
610 queimada, resíduos líquidos, resíduos sólidos, salvamento ambiental e fauna. Algumas fotos aí de  
611 desmatamentos constatados, aqui é o palmito, a exploração, a questão de fauna, a pesca predatória,  
612 atividades dentro da prevenção, com de atividades de educação ambiental. Atuação também na área de  
613 mineração e exploração de pedreiras. Esta aqui é a sede do Comando Ambiental. Eu peço desculpas pela  
614 rapidez, porque era só uma explanação rápida das nossas atividades. Eu fico à disposição para  
615 questionamentos. **Sr. Presidente:** Parabéns pelo relatório feito. **Sr. Manoel Francisco Moreira:** Eu só  
616 queria fazer um pequeno registro. Eu sou paranaense de origem e gaúcho por adoção, desde o meu tempo  
617 do Paraná a minha grande luta e briga foi contra os caçadores. Eu noto com uma certa tristeza, nos  
618 gráficos que o senhor tão bem mostrou, que o item de atendimento de combate à caça estava bem  
619 pequenininho no gráfico. Então, número é uma coisa muito relativa, mas os números, olhando a relatividade  
620 deles junto a outras ações da Brigada Militar, são muito pequenos. Por força das minhas atividades eu  
621 mexo neste Rio Grande do Sul amado de norte a sul, de leste a oeste, sempre atuando na maioria das vezes  
622 junto a áreas onde tem reflorestamento, e a grande queixa dos proprietários florestais neste Estado é a luta  
623 insana contra os caçadores. No passado, nos bons tempos, eu cheguei a ter em uma área, uma área que eu  
624 trabalhei no Paraná, uma Brigada própria, com 11 elementos armados até os dentes, com licença do  
625 Exército, eu metia bala neles. Esse é o único jeito que eu acho que tem. **Sr. Presidente:** É um caçador  
626 também! **Sr. Ladimir da Silva:** Na verdade, é difícil de ser detectado até pela questão da presença  
627 ostensiva, porque quando vem a patrulha, quando é chamado, até chegar ao local acontece isso. Quando a  
628 gente prende vai para a cadeia. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Coronel, da mesma forma que o Conselheiro

629 anterior colocou, parabéns pela sua explanação, eu gostaria de saber o seguinte: essa Junta que foi  
630 reinstalada, que está funcionando, nesse processo inicial serve para conciliação, evitando processo-crime  
631 ou não? Como funciona dentro desse processo administrativo no Comando Ambiental? Porque com um  
632 processo inicial é até menor oneroso. **Sr. Ladimir da Silva:** Na verdade, são instâncias, nós temos a  
633 instância administrativa, a instância civil e a instância penal. A junta funciona dentro da instância  
634 administrativa e isso independe da ação civil e penal que a pessoa vai sofrer. Então, são processos  
635 diferentes. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Antes de qualquer coisa, parabenizar a apresentação do Coronel e do  
636 Comando Ambiental. Eu quero lembrar que a solicitação feita por parte das ONGs para esta pauta,  
637 solicitada há mais de seis meses aqui no CONSEMA, foi devido ao fato dos noticiários constantes no  
638 meio de comunicação sobre uma suposta desestruturação do Comando Ambiental. Então, acredito que seja  
639 de extrema relevância, de extremo valor uma apresentação como esta de hoje, um relato das atividades da  
640 Brigada Ambiental, até mesmo para essa valorização do Comando, mas o que nós gostaríamos de saber  
641 mesmo são as expectativas para a manutenção desse status do Comando para daqui em diante. Nós  
642 recebemos também denúncias de vários municípios, denúncia de moradores, onde nos relataram que  
643 profissionais ligados a essas unidades tinham sido transferidos para outros municípios, outros setores, sem  
644 a devida reposição desses profissionais. Então, eu gostaria de saber se dessas 46 unidades mencionadas,  
645 que atendem a diversos municípios, se houve alguma queda nesse número ou se há essa expectativa de  
646 manutenção e continuidade dos mesmos números? **Sr. Ladimir da Silva:** Dentro das rotinas é normal a  
647 transferência no serviço do Estado, como em qualquer serviço público. Então, normalmente há uma troca,  
648 vai um, vem outro, mas não é o caso, não tem acontecido isso. Com relação à desestruturação das  
649 atividades do Comando Ambiental, não é uma desestruturação, na verdade, o que vai acontecer é uma  
650 reestruturação dos serviços da Brigada Militar. E por uma questão de disciplina não estou habilitado a  
651 falar como vai se dar, até porque eu sei o que vocês todos sabem, que é pela imprensa. Então, deve ser  
652 solicitado ao Comando-Geral da Brigada Militar para trazer o que vai acontecer em termos de  
653 reestruturação. **Sra. Lisiane Becker:** Eu vou ter que realmente lamentar, porque todo o sentido da  
654 solicitação das ONGs era saber como se daria essa reestruturação. Nós enviamos um ofício pela região da  
655 Mata Atlântica, falamos com o Secretário Malmann, como não tivemos retorno pedimos que fosse  
656 apresentado ao CONSEMA, mas é realmente lamentável que a gente não tenha esse retorno ao pedido que  
657 foi feito ao Conselho. A segunda coisa que eu queria perguntar, estava ali que a parte de queimadas  
658 diminuiu, o que não ocorre efetivamente, porque nós vemos queimadas uma atrás da outra na Serra, em  
659 São Francisco de Paula é freqüente. Eu gostaria de saber como as ONGs podem ajudar a controlar, porque  
660 quando se faz uma denúncia normalmente dizem que não há efetivo para ir até o local. Então, como as  
661 ONGs podem ajudar a cuidar? Porque nós vemos seguido queimadas, principalmente em janeiro, como  
662 podemos ajudar no combate a queimadas e derrubadas? **Sr. Ladimir da Silva:** Nós fizemos do dia 25 a 28  
663 de janeiro um sobrevôo em toda a região da Mata Atlântica. Então, rotineiramente se faz esses  
664 levantamentos, até para quando a patrulha for autuar já vá especificamente no local, porque o que  
665 acontece? Às vezes as pessoas deixam um espaço na mata, ali no meio, aí por terra não se visualiza. Nesse  
666 caso, quando há denúncia, até em razão de alguma necessidade pode não se atender de imediato, mas o  
667 pessoal normalmente comparece ao local e tem atendido a todas as demandas. Às vezes o local da  
668 denúncia é de difícil de acesso, demora, mas tem se atendido a todas as demandas. Eu tenho até  
669 disponibilizado os telefones do Comando Ambiental, que assim poderemos solucionar algumas questões  
670 que estão acontecendo. **Sr. Presidente:** Coronel, por gentileza, na Mata Atlântica o que significou para o  
671 Comando Ambiental, para a Brigada Militar, o Programa da Mata Atlântica em termos de materiais, de  
672 recursos? **Sr. Ladimir da Silva:** O aporte de recursos para o desenvolvimento das atividades nesse  
673 projeto tem sido grande e bastante intenso. Nós conseguimos veículos próprios para isso, eu não trouxe  
674 aqui, mas conseguimos caminhonetes, a construção de prédios, inclusive, vai inaugurar um em Torres, já  
675 está pré-agendado isso. E tem se conseguido vários recursos, basicamente o funcionamento da estrutura  
676 está vinculada a esses recursos, o Estado entra com recursos humanos, toda a parte técnica, equipe de  
677 treinamento, mas a parte de recursos materiais tem sido bastante forte, bastante intensa. Não tenho  
678 números aqui, mas é bastante significativo, até porque o senhor sabe, o projeto, o convênio que tem entre  
679 Brasil e Alemanha, através da cooperativa que possibilitou a criação desse sistema, é bem amplo e os  
680 valores são bem altos de recursos que vêm para o desenvolvimento das atividades. **Sr. Presidente:** Deve  
681 estar acima de 4 milhões de reais em materiais. Mais alguma indagação? **Sr. Paulo Brack:** Eu acho  
682 interessante esse mapeamento, onde se definem as demandas, esses dados são bem interessantes no  
683 sentido de apontar as demandas, mas, por outro lado, nós gostaríamos de ter alguns dados a mais, como a  
684 questão do palmito, como está. Não sei se esses dados estariam disponíveis, como poderíamos entrar em  
685 contato com vocês? **Sr. Ladimir da Silva:** Os dados estão disponíveis. Na verdade, nós não criamos ainda

686 um local dentro do *site* para ser pesquisado diretamente, mas o que foi apresentado aqui é de  
687 conhecimento público e pode ser fornecido cópia da palestra, ou algum detalhamento mais específico. **Sr.**  
688 **Presidente:** Coronel, os nossos agradecimentos pela apresentação e atenção. Tema seguinte, também  
689 atendendo a uma solicitação, Informações a respeito da infra-estrutura do Departamento de Florestas e  
690 Áreas Protegidas. Senhor Luiz Alberto, por gentileza. **7. Informações a respeito da infra-estrutura do**  
691 **Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP. Sr. Luiz Alberto Mendonça:** Boa-tarde.  
692 Vou-me ater bastante à pauta, à justificativa do que for solicitado pelas ONGs. Chamando atenção que a  
693 maior quantidade de delitos é na área florestal, até observamos na apresentação do Coronel. Então, a  
694 SEMA foi criada em 1999, possui três departamentos: Departamento Administrativo, Departamento de  
695 Florestas e Áreas Protegidas e o DRH – *Departamento de Recursos Hídricos*. Como nasceu o DEFAP?  
696 Nós temos três divisões: Divisão de Unidade de Conservação, Divisão de Licenciamento Florestal e a  
697 Divisão de Cadastro Florestal. Eu coloquei a relação das Unidades de Conservação, são estaduais, federais  
698 e municipais, e ainda as RPPMs. Conforme a pauta solicitada pelas ONGs, ela pergunta quanto à  
699 regularização do DEFAP, o SEUC – *Sistema Estadual de Unidades de Conservação*, que é quem faz a  
700 vistoria no local. Algum município solicita essa vistoria ao SEUC, que é composto por técnicos da  
701 Divisão de Unidades de Conservação, os quais, munidos da legislação que preconiza o que pode ser  
702 dentro de uma Unidade de Conservação, vai até o local, e com isso delibera se a unidade de conservação a  
703 ser criada está na categoria certa, porque geralmente o município indica: quero criar um parque. Então,  
704 esses técnicos indicam se há alguma conservação do meio ambiente naquela área, se são encontradas  
705 pessoas naquela área ou se existem muitas exóticas. Após isso acontecer é incorporada ao sistema da  
706 FEPAM, que fica sabendo que existe uma Unidade de Conservação naquele município. Após isso é  
707 emitido anualmente para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Muitas vezes acontece do  
708 município solicitar uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e a área não comportar essa  
709 categoria. Então, é necessário que seja criada uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que não  
710 entra nessa categoria e isso pode ser mudado conforme o tempo a ações do município naquela área que  
711 seja feita. Então, o município tira as pessoas lá de dentro e entra com outra sugestão, os técnicos vão lá e  
712 pode ser mudada a categoria para uma proteção integral, porque o intuito do município é receber o ICM  
713 Ecológico, que é referente à área do município em relação à Unidade de Conservação. Também medidas  
714 compensatórias de empreendimentos que exigem EIA-RIMA, 0,5%, para a manutenção, de medida  
715 compensatória, valor bruto da obra, que são aplicadas em Unidades de Conservação, que define onde  
716 deverá ser aplicado esse tipo de recurso. Sendo ele preferencialmente na bacia do empreendimento, em  
717 Unidade de Conservação Integral ou se afetar diretamente, pelo empreendimento, com unidade de  
718 proteção do uso sustentável, como, por exemplo, uma APA. O papel das Unidades de Conservação é  
719 cuidar do remanescente, o que nós temos conservado para mantê-lo e a biodiversidade. Então, o papel  
720 importante dessas Unidades de Conservação é a consciência de que precisamos naquele local específico  
721 manter sem ação antrópica e no caso de uso sustentável pode-se ter ação antrópica, mesmo que regrada.  
722 Aqui é um mapa do que foi criado, foi onde deveria ser criada Unidade de Conservação, se já não existe, é  
723 no extremo oeste do Rio Grande do Sul, na parte da Lagoa dos Patos e no nordeste. No nordeste já temos  
724 várias áreas de conservação. Nós temos três Unidades de Conservação na Lagoa dos Patos, temos a  
725 Reserva Ecológica do Ibirapuitã, no sul; e no oeste temos o Parque Estadual do Esperilho. Temos aí uma  
726 ação no Parque de Itapuã, que fica a 65Km do Centro de Porto Alegre, 5.765 hectares, é uma comunidade  
727 de proteção integral e é possível ter dentro dela uma visitação. Ela atendeu no ano passado 22 mil pessoas,  
728 que desfrutaram a beleza. É importante ressaltar que cada uma dessas pessoas, se não todas, mas a  
729 maioria, passa por um processo de educação ambiental, onde há palestras, como foi criado, o que tinha no  
730 local. Tinha mais de mil casas na Praia de Fora, que todos sabem que foi algo conquistado e assim por  
731 diante. A educação ambiental que eu falo do parque são trilhas, atende a escolas carentes, todas passando  
732 pela parte de educação ambiental. As pessoas que justificam querendo entrar com alunos de baixa renda,  
733 eles têm um ônus, que é passar pela educação ambiental, assistir a vídeos, fazer brincadeiras, depois sim  
734 descer para a praia, que é onde as crianças tomam banho. Então, é uma forma de nós usarmos a Unidade  
735 de Conservação não só para os animais, mas, também, para consciência. Aí é o Parque Estadual do Turvo,  
736 onde foi adotado um remanescente de 5 anos atrás de onça pintada. Não coloquei foto aí, mas existem  
737 vários trabalhos de várias universidades. Nós já fizemos o Encontro Internacional para que os planos de  
738 manejo do Parque do Turvo, tivesse o plano de manejo, por exemplo, do outro lado do rio, que é a reserva  
739 do lado argentino. Nós temos um problema simples de resolver, mas que passa por uma questão  
740 internacional, que é a piracema, a piracema para o lado da Argentina é em um período, do nosso lado é  
741 outro. Então, o pescador, quando a gente chega para abordar, passa para o lado de lá. **Sr. Presidente:**  
742 Permita-me só uma informação ao Conselho. Na sexta-feira, dia 29 de fevereiro, terá aqui em Porto

743 Alegre um encontro do CONESUL e um dos assuntos a serem tratados é o que tu estavas referindo, as  
744 ações senão em comum, mas concatenadas entre Brasil e Argentina. **Sr. Luiz Alberto Mendonça:** Então,  
745 são coisas simples e ao mesmo tempo coisas que a gente tem que tomar muito cuidado por se tratar de  
746 questões internacionais. As Unidades de Conservação têm que ter um Plano Diretor, digamos assim, ações  
747 que se quer desenvolver, isso se chama plano de manejo. Plano de manejo é um documento que você vai,  
748 além dos estudos que já existem sobre a área, compor as ações que se quer fazer naquela área. Nós  
749 trabalhamos hoje com Conselhos consultivos, que tem dado certo, como o Conselho do Parque de Itapuã,  
750 nós temos feito reuniões, onde deliberamos ações e cada um fica responsável pela sua ação. O Conselho  
751 tem por característica ser composto por pessoas da região, porque não adianta termos uma Unidade de  
752 Conservação onde as pessoas do entorno não querem a unidade. Então, precisamos trazer essas pessoas  
753 para dentro. Toda e qualquer empresa que entra é obrigada a colocar as pessoas do entorno, não pode levar  
754 pessoas aqui de Porto Alegre para trabalhar em Itapuã, não, tem que pegar da própria região justamente  
755 para integrar. Com relação a DLF, são 27 regionais, hoje eu recebi o relatório e não consegui colocar na  
756 apresentação. Nós trabalhamos com um número aproximado de 3 mil requisições de licenciamento  
757 florestal no interior, sem contar a capital. Nós trabalhamos com quase 2 mil requisições do Ministério  
758 Público, como a Brigada nós temos que fazer as vistorias que são solicitadas pelo Ministério Público,  
759 aprovação de projetos também. No caso de um Ajustamento de Conduta o Ministério Público remete ao  
760 Estado, ao órgão competente, que é o DEFAP, analisa o projeto para ver se está em conformidade com a  
761 lei, aí sim, após isso ainda nos é solicitado ir ao local ver se a pessoa implantou o que se implantaria.  
762 Então, temos muita demanda nesse sentido e muita demanda com relação à Lei Federal nº 11.428,  
763 promulgada em 23 de dezembro de 2006, que remete à proteção do bioma Mata Atlântica e ecossistemas  
764 associados. Então, temos que ver a repercussão dela no Estado, o que precisamos fazer para que o Estado  
765 atenda a lei. Agora tem inúmeras coisas que a lei exige. As denúncias também são mandadas para cá, nós  
766 vamos através das 27 regionais até a denúncia e atendemos. Nós trabalhamos em conjunto com o próprio  
767 PCMA, onde não temos armas, possuímos pela lei, mas, na realidade, não usamos armas. Então, muitas  
768 vezes nós tomamos o cuidado de sempre andar acompanhados da polícia, porque só ela tem poder de elite,  
769 se assim pode ser dito. Até é uma forma mais ostensiva nós chegarmos com a polícia. A Divisão de  
770 Cadastro Florestal é a divisão que cadastra todo o usuário de produtos e subprodutos florestais. Então,  
771 todo o usuário acima de uma quantidade tem que estar cadastro, esse cadastro emite uma certidão. Por  
772 exemplo, serrarias, moveleiros, todos tem que ter esse cadastro, sem isso a pessoa se encontra irregular.  
773 Nós tivemos que nos adequar ao DOFI, Documento Florestal do IBAMA, com isso tivemos vários  
774 problemas, mas, também, tivemos muita solução com relação ao controle desses deslocamentos. No  
775 momento que você pega uma licença, uma pessoa pede uma licença, ele vai derrubar dez araucárias, vai  
776 dar 30m<sup>3</sup> de torras, a gente acompanha desde o momento que sai a licença aqui até o final, virtualmente,  
777 cada um tem que passar, entrar na Internet e passar o que vendeu, até o destino final. No momento  
778 qualquer órgão que você queira acessar tem uma opção, vê no sistema se fulano tem tantos metros  
779 cúbicos, ou se tem a mais, ou onde está. Nós trabalhamos em meio analógico também. É sabido por todos  
780 que foi feito um concurso para cargos em seis unidades do Projeto Mata Atlântica, esse concurso tem  
781 validade de 2 anos e prorrogável por mais 2 anos. Nós estamos pleiteando, o Secretário vai levar a  
782 proposta de nomeação de mais cargos para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Então, dessa forma,  
783 nós poderemos suprir necessidades das Unidades de Conservação e das divisões. No edital do concurso há  
784 a opção de podermos chamar essas pessoas. Então, vamos aguardar todos da Mata Atlântica serem  
785 chamados, serem empossados, para que assim nós possamos chamar mais pessoas para poder dar  
786 melhores condições de atendimento ao público, que é a nossa finalidade. Era isso. **Sra. Lisiane Becker:**  
787 Eu estranhei, porque o que apreço ali já está desatualizado, por exemplo, a Portaria nº 09/2007 aumenta as  
788 áreas prioritárias, aumenta muito. Teria que rever porque o mapa está bem velhinho, porque a Mata  
789 Atlântica aumentou consideravelmente e também a Reserva da Biosfera. A pergunta é a seguinte: eu  
790 gostaria de saber quais as perspectivas de criação de novas Unidades de Conservação, a quantização de  
791 pedidos, quantos vocês tem e quem são os requerentes. **Sr. Luiz Alberto Mendonça:** Na verdade, a  
792 criação das Unidades de Conservação ocorrem através de uma vistoria do Sistema Estadual de Unidades  
793 de Conservação, os requerentes eu não saberia de cabeça dizer, mas seguramente são mais de 10, 20  
794 processos de requerimento das Unidades de Conservação. Porém, nem todas são aceitas, porque o pessoal  
795 é bem exigente, senão é só dizer que quer uma Unidade de Conservação no município e com isso ganhar.  
796 Então, é melhor criar uma Unidade de Conservação de fato do que fazermos apenas um pró-forme, que é  
797 criar uma Unidade de Conservação papel. Agora, com as medidas compensatórias, fica mais fácil, porque  
798 teremos recursos e é o que temos feito. Então, estamos investindo em Unidades de Conservação na  
799 regularização fundiária delas e eu penso que é o principal. Ano passado foi criado uma Unidade de

800 Conservação, dia 06 de janeiro, até dezembro foram 16 Unidades de Conservação municipal, nós  
801 trabalhávamos com 6, foram quase 10 Unidades de Conservação feitas em um ano. Unidades de  
802 Conservação do Estado, na verdade, nós não temos plano e criação de unidades, porque conforme a  
803 reunião que nós tivemos na sala ao lado aqui, que era da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, existem  
804 estudos, que Sapiiranga é uma das Unidades de Conservação a ser criada pela própria Mira-Serra. Então,  
805 eu penso que nós temos que tentar colocar em prática as que temos agora, dar uma pausa para a criação e  
806 organizar as que temos para daqui em diante criar alguma depois de estar funcionando as que estão criadas  
807 ou que não estão implementadas. **Sr. Paulo Brack:** Agradeço ao Dr. Luiz Alberto. Temos questões sim  
808 que nós consideramos relevantes, eu poderia lhe colocar: em 1984 eu fiz parte, junto com algumas  
809 pessoas, do antigo DRNR – *Departamento de Recursos Naturais Renováveis*, sobre ciclo de parques ou  
810 parques estaduais do Rio Grande do Sul. E nós verificamos que a situação dos parques hoje está, senão  
811 igual, pior do que estava há pelo menos 23, 24 anos. Obviamente, nós sabemos que essa não é uma  
812 questão que recorre deste governo ou do governo anterior, isso é um processo de décadas. Então, nós não  
813 queremos levantar nenhuma polemica, apenas gostaríamos de trabalhar em conjunto, nós queremos traçar  
814 um panorama para o futuro. A nossa situação no Estado é muito ruim economicamente, é uma situação  
815 que não se resolve de um dia para o outro. Então, nós consideramos sim o esforço que tem sido realizado  
816 no sentido de vir a melhorar essas questões. Então, não queremos trabalhar no sentido de tentarmos criar  
817 inimizades, nem nada, nós queremos sim criar um cenário para que pelo menos em 2009, 2010 a gente  
818 tenha uma situação melhor do que a atual. Nós consideramos a situação atual muito ruim, porque a  
819 Divisão de Unidade de Conservação nós sabemos que tem um só funcionário de carreira, os demais,  
820 sabemos que já era assim, mas a questão de CCs. Vou fazer um relato, eu entrei em 1989 como CC, na  
821 Reserva Biológica do Lami, abri mão de um concurso público na CIENTEC, passei no concurso e me  
822 chamaram, mas eu disse: Eu vou trabalhar na Unidade de Conservação. Trabalhei como CC, depois de 2  
823 anos não deu, realmente, não tinha estabilidade, mas eu acho que a questão de trabalhar com CC, eu venho  
824 aqui colocando isso em várias reuniões, Unidade de Conservação tem que ser com alguém do quadro.  
825 Então, nós temos que trabalhar no fortalecimento, fazer concursos, porque nós queremos um cenário que a  
826 gente possa trabalhar conjuntamente. Aí queremos convidar o DEFAP para trabalhar na Câmara Técnica  
827 de Biodiversidade e Florestas, o DEFAP não está indo e isso nos deixa angustiados. Tanto é que eu fiz um  
828 relato lá meio forte, até peço desculpas pela colocação, acho que faleceu um parente do representante,  
829 peço desculpas a você, mas é que estamos muito angustiados. Com relação à questão da silvicultura, que  
830 eu acho uma coisa interessante do ponto de vista para ter recursos para a compensação ambiental, para  
831 onde vai esse recurso? Nós gostaríamos de fazer parte da discussão para que seja carreado, porque nós  
832 temos um índice de 0,68% de Unidade de Conservação. Eu trabalhei há 2 anos com a Magda e o pessoal  
833 do RS Biodiversidade, que tem projetos fantásticos que poderíamos trabalhar em conjunto. Então, nós  
834 gostaríamos que a Câmara Técnica tivesse a presença do DEFAP para poder ver a questão da  
835 compensação e dos recursos da silvicultura para talvez aquele Parque do (*Inaudível*), que está lá desde 75,  
836 77, de repente ele seja implantado. É simplesmente isso, nós queremos um cenário que seja favorável,  
837 porque o meio ambiente todo mundo acha importante, mas gostaríamos de colocar metas, mas que não  
838 sejam metas só da sociedade, mas que seja do Conselho construir essas metas, governo, sociedade, para  
839 que a gente tenha um cenário melhor, que o Rio Grande do Sul não esteja em uma situação mais  
840 precarizada que os demais Estados, como a gente assim acredita que estejam. Então, que isso se  
841 modifique. E também gostaria de saber qual o contingente, talvez se hoje não der para fazer isso, mas que  
842 pelos menos na Câmara Técnica a gente venha trabalhar essas questões. **Sr. Presidente:** Eu acho oportuno  
843 e agradeço a intervenção, Paulo. A Secretaria do Meio Ambiente é relativamente nova, tem 8 anos de  
844 existência e nesse período ela não passou por um processo de aperfeiçoamento. Decorreu da reunião de  
845 duas fundações já existentes, parte de uma secretaria, parte de outra, não se planejou nem dentro e nem lá  
846 fora, independente de quem tenha passado sob seu comando. É um dado real, não interessa a quem  
847 apontar. As Unidades de Conservação refletem exatamente essa falta de uma política planejada e  
848 duradoura, duradoura no sentido da evolução. Eu teria muita satisfação que se pudéssemos avançar nesse  
849 sentido. E passa o avanço, primeiro, por alguém que nessas Unidades de Conservação se faça presente,  
850 nós ainda não temos um corpo funcional à altura. Queremos, então, fazer um aproveitamento desse  
851 concurso, que prioriza a mata. E saibam, nós já chamamos alguns e não aceitaram, até mesmo pelo salário,  
852 é difícil, é complicado. As medidas compensatórias, que durante um bom tempo aqui sustentaram a  
853 Secretaria, eu fui pessoalmente à empresa que as permitiu até hoje e assumiram um compromisso de que  
854 não faremos mais. Então, nós temos que encontrar as soluções, sem dúvida alguma, e elas passam pelo  
855 concurso. Tem um projeto antigo do Comando Ambiental, que participa dessas Unidades de Conservação,  
856 e as próprias da Secretaria estão inteiramente abertas à participação das ONGs na gestão dessas Unidades

857 de Conservação, na cooperação própria da SEMA. Eu acho que fica aqui uma referência a um  
858 estreitamento dessa ação e a qualificação da própria Unidade de Conservação. E essa é a observação que  
859 eu coloco aqui. Quero dizer, o plano de manejo leva tempo para fazer e custa dinheiro para fazer. Nós  
860 procuramos priorizar com a Fundação Zoobotânica, a fim de canalizar até o recurso mesmo da Fundação e  
861 de prestigiá-la através dos seus técnicos que têm conhecimento, mas também a Fundação tem as suas  
862 limitações, nós temos uma limitação de plano de manejo. Então, plano de manejo como o do Parque de  
863 Torres, tivemos que trabalhar não apenas no seu fazimento, mas no aspecto cultural com a comunidade  
864 que não queria aceitar. Então, cada unidade dessas tem a sua história, mas isso não significa que não se  
865 deva avançar. Realmente, temos que contar com todos aqueles que têm responsabilidade. **Sr. Luiz**  
866 **Alberto Mendonça:** Com relação à reunião, infelizmente, foi sem a minha presença, eu não compareci  
867 porque não pude mesmo, mas sei da importância, pretendo não deixar de comparecer, salvo aconteça  
868 qualquer coisa assim. Eu posso garantir, já em nome da Secretaria, que nunca foi aplicado tanto em  
869 Unidade de Conservação, nunca foi dada tanta importância a elas. É por causa de recurso? É, mas já  
870 tivemos casos de se ter dinheiro e não ter como aplicar. Agora não, agora não é um técnico de carreira,  
871 estamos com seis técnicos de carreira, que já assumiram o concurso. Na verdade, um desistiu por questões  
872 econômicas, porque temos essa dificuldade administrativa, porque o salário é baixo e as pessoas não  
873 querem assumir. **Sr. Paulo Brack:** E os guarda-parques? **Sr. Luiz Alberto Mendonça:** Também. **Sr.**  
874 **Presidente:** Temos três para serem chamados, vamos ver se eles querem assumir. **Sr. Luiz Alberto**  
875 **Mendonça:** É por ordem de nota para nós chamarmos. Então, nós temos esse problema, mas estamos  
876 trabalhando para serem chamados e tocarmos isso aí. **Sr. Presidente:** Mais alguma observação? **8.**  
877 **Assuntos Gerais. Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Na verdade, já nesse adiantado da hora, eu gostaria de  
878 retomar um aspecto, um assunto que foi tratado na última reunião do ano passado, mas que ficou sem  
879 nenhum encaminhamento. Foi a situação da qualidade do ar, como as *condições de monitoramento da*  
880 *qualidade do ar na região metropolitana*. Relendo a ata nós nos chocamos ainda mais com a gravidade  
881 desse problema e não foi tomado nenhum encaminhamento por este Conselho. Então, eu gostaria de  
882 sugerir que fosse proposto o retorno desse tema para a Câmara Técnica, para que pudéssemos a partir dos  
883 subsídios apresentados pela FEPAM apresentar uma proposta com metas, com prazos, para o  
884 restabelecimento dessa rede de monitoramento da qualidade do ar. Pelo o que nós vimos, tanto pelo  
885 orçamento previsto para este ano, como também pelas próprias propostas de demandas da SEMA, do  
886 recurso do Fundo Estadual do Meio Ambiente, isso não estava sendo contemplado. E o outro tema  
887 também tratado e que poderia ser encaminhado à Câmara Técnica é uma *avaliação sobre a validade da*  
888 *licença ambiental da termoeletrica do Jacuí*, que foi dado em 2001, que visa a qualidade e as condições  
889 de monitoramento da qualidade do ar que temos hoje. Então, seria uma proposta de retomada na Câmara  
890 Técnica. Obrigada. **Sr. Presidente:** Alguém tem alguma observação a acrescentar? **Sra. Maria Eliza dos**  
891 **Santos Rosa:** Eu me comprometo, dentro da pauta da própria reunião trazer uma exposição detalhada. **Sr.**  
892 **Presidente:** Inclusive, tem uma fonte de recurso não orçamentária. Quanto tempo a senhora precisaria  
893 para fazer essa exposição? **Sra. Maria Eliza dos Santos Rosa:** Eu acredito que meia hora na próxima  
894 reunião. **Sr. Presidente:** Está bem assim, ao invés de ser na Câmara Técnica ser na Plenária? Eu só tenho  
895 uma dúvida, essa licença colocada pela Conselheira é objeto do termo de ajustamento com o Ministério  
896 Público, Maria Eliza? **Sra. Maria Eliza dos Santos Rosa:** Parece-me que é. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** É a  
897 de 2001, ela considera parâmetros da qualidade do ar e Porto Alegre. **Sr. Presidente:** Eu acredito que se  
898 possa encaminhar, não vejo nenhum impedimento. **Sr. Marcelo Madeira:** Eu gostaria de finalizar no  
899 último ponto, Sr. Presidente. Gostaria de deixar clara a preocupação do IBAMA com o recente *decreto*  
900 *que liberou a pesca de dourado e de surubim, o Decreto nº 45.480*, de 14 de fevereiro de 2008. Já  
901 aproveitando para solicitar um *esclarecimento sobre eventuais repasses técnicos* que têm sido utilizados  
902 para justificar essa liberação das espécies que estavam na lista de animais em extinção no Estado do Rio  
903 Grande do Sul. A gente tem um decreto que é bem claro no sentido de se criar uma comissão que vai  
904 avaliar a pertinência ou não de liberar a pesca das espécies de dourado e surubim. E no nosso  
905 entendimento se não houve uma base técnica bem fundamentada para esse tipo de ato, abre um precedente  
906 extremamente perigoso para outros atos sem uma base técnica plausível. Isso pode trazer um grande  
907 prejuízo para as políticas, não só de conservação, mas, também, de uso da própria biodiversidade no  
908 Estado do Rio Grande do Sul. Era isso. **Sr. Presidente:** Feito o registro. Mais alguma questão em assuntos  
909 Gerais? Um comunicado, nós recebemos aqui na Secretaria uma *solicitação feita pelo Professor Ronaldo*  
910 *Adelfo Vaso, da Universidade de Caxias do Sul*, ele é Coordenador da Rede de Herbários do Rio Grande  
911 do Sul. A solicitação é nos seguintes termos: *Considerando que a conferência das partes sobre a*  
912 *convenção das (inaudível) em área, em 19 de abril de 2002, foi adotada por unanimidade, a estratégia*  
913 *global para a conservação de plantas, uma vez que a flora mundial está ameaçada por vários fatores, que*

914 *o Brasil é um dos países signatários dessa convenção que prevê até 2010 16 metas, como uma lista da*  
915 *flora mundial, conservação em citro, 60% das espécies ameaçadas de extinção, programas de*  
916 *conscientização e educação, produtos derivados de plantas obtidas de fontes manejadas de forma*  
917 *sustentável, capacitação de recursos humanos, instalações adequadas para a conservação de plantas. A*  
918 *rede herbária encaminhou à Secretaria e também endereçou a este Conselho uma tomada de atitude no*  
919 *sentido de enfrentarmos essas 16 metas. A informação que passa ao Conselho, além da provocação feita, é*  
920 *no sentido de constituirmos um grupo de trabalho, que irá tentar alcançar essas 16 metas, constituída pelo*  
921 *próprio Professor, por outro botânico por ele indicado e por dois técnicos que representam a Fundação*  
922 *Zoobotânica. Portanto, se algum dos Senhores Conselheiros tiver interesse em colaborar nesse trabalho, a*  
923 *coordenação estará com a Fundação Zoobotânica. Não havendo mais nada a tratar agradeço a presença de*  
924 *todos, desejo-lhes um bom final de tarde. (Encerram-se os trabalhos às 17 horas)*